



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

CONDIÇÕES FÍSICAS E PSÍQUICAS PARA O EXERCÍCIO DO MAGISTÉRIO NA DÉCADA DE 1950

Michele Metelski

Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

Resumo

Este texto pretende demonstrar como o Manual de Biologia Educacional, escrito pelo médico e professor Dr. Ary Lex no ano de 1953, prescreveu condições físicas e psíquicas para o exercício do magistério. O manual foi escrito especificamente para uso das Escolas Normais, Institutos de Educação e Faculdades de Filosofia e circulou no âmbito das novas ideias reformadoras e civilizatórias que permeavam as prescrições direcionadas a educação em seus novos moldes. A discussão gira em torno de um discurso higienista que prescreveu as práticas que modificaram os hábitos que circularam na nova configuração de formação de professores no Brasil. A produção e divulgação das práticas higienistas nas escolas se institucionalizaram em diversos Estados brasileiros, em sintonia ao que vinha acontecendo com a Europa. A educação, a medicina e a higiene formaram um tripé que se instaurou nas escolas. A ciência higiene objetivava inculcar nas crianças hábitos saudáveis, os tornados naturalizados e portanto se tornou um discurso autorizado que se baseou na criação de novos hábitos na infância, pois ensinando o aluno a ser higienizado, conseqüentemente se tornaria um aluno higienizador, disseminando as práticas higienistas para seus pais e a sociedade. Aos professores cabia a missão de aprender e repassar tais práticas ao alunado, pois cabia a escola o papel da formação dos hábitos e automatismos inconscientes. Essas práticas higiênicas deveriam desenvolver a formação da consciência sanitária e colaborar com a solução dos graves problemas sanitários que o Brasil passava naquele momento, pois acreditava-se que tais problemas poderiam ser resolvidos através da educação, se configurando então a era da higiene.

Palavras-chave: Higiene, Manuais, Biologia Educacional, História da Educação.

Introdução

Para trabalhar com manuais didáticos, é necessário articular o discurso do livro com o lugar de onde se fala. Conforme Certeau (1982), o gesto de escrever implica uma



clivagem entre a tradição vivida e o presente, entre o sujeito e o objeto de operação, circunscrevendo e organizando as experiências num corpo escrito.

O objetivo principal desse estudo é demonstrar como os bons hábitos de higiene fizeram parte de um processo civilizatório no Brasil a partir de 1918 não apenas para os alunos e a população em geral, mas na formação de professores. Os médicos sanitaristas e higienistas escolheram a escola como locus privilegiado para disseminar suas práticas fundamentadas num discurso que visava legitimar a área da medicina no Brasil, criar a cientificidade aos cursos de Pedagogia no país, produzir um conjunto de práticas de modos de viver calcadas nas práticas escolares de higienização.

A circulação desses preceitos médicos foram inseridos e disseminados nas Escolas Normais e Institutos de Educação através da disciplina de Higiene e de Biologia Educacional, que possuíam a princípio, um tríplice objetivo que era fornecer ao aluno da escola normal a base biológica para a compreensão do fenômeno educativo; auxiliá-lo no estudo de outras disciplinas do curso, principalmente no da Psicologia e muní-lo de noções práticas de higiene geral e escolar para o exercício do magistério.

Em 1950, os manuais de biologia eram poucos e geralmente enfatizavam uma abordagem geral. Grande parte deles se destinavam aos alunos e professores das escolas normais. O reconhecimento das noções elementares da higiene e a indispensável necessidade da criança de bons hábitos de vida, deveria ser ensinado, segundo médicos. O mais cedo possível, de preferência nas escolas. Segundo Carvalho (1997), a educação e a saúde deveriam ser áreas indissociáveis nos movimentos protagonizados por amplos setores da intelectualidade.

Entre os intelectuais, os mais indicados para atuar disseminando os preceitos médicos nas áreas urbanas e no meio rural eram os professores, que deveriam derramar pelas camadas populares os imprescindíveis conhecimentos de higiene pública elementar, habilitando assim os moradores da zona rural, não só a evitar as moléstias a



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

que estão endemicamente sujeitos, como também a saber os meios de lhes dar combate eficaz.

As doenças transmissíveis encontram no meio escolar oportunidades de disseminação, passando assim para os lares. Daí então a relevância do trabalho de profilaxia desses males da escola como real necessidade e estrita obrigação das coletividades organizadas (FONTENELLE, 1930).

Metodologia

No campo da pesquisa em educação a definição por um método de investigação se constitui como uma das tarefas importantes, pois é através dele que se possibilitará ao pesquisador obter as respostas para suas questões de investigação. O método da pesquisa documental busca compreender, mesmo que indiretamente a análise dos vários tipos de documentos produzidos pelo homem. “Na pesquisa documental, o trabalho do pesquisador (a) requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico” (OLIVEIRA, 2007, p.70).

Dessa forma, o método adotado nesse estudo privilegiou o Manual de Biologia Educacional escrito pelo médico educador Ary Lex na década de 1950.

Resultados e discussão

Durante os oitocentos, desde a chegada da corte portuguesa no Brasil, pretendia-se formar uma sociedade intelectualmente moralizada e higienizada. No final do século XIX, o país apresentava um significativo atraso, os intelectuais entendiam que havia uma certa obscuridade, uma ignorância que se estabelecia relacionada aos padrões europeus.



O campo médico higienista apresentava propostas de intervenções regeneradoras que indicavam transformações a serem realizadas a partir da instituição escolar, nas dimensões físicas, intelectual e moral. A medicina se utilizou da higiene para elaborar discursos sobre a escola, os professores e alunos, fornecendo diretrizes para a educação, cuja inspiração estava nos médicos higienistas franceses.

Desde a metade do século XIX, várias questões ganhavam a visibilidade no processo de institucionalização da escola primária. Os tempos e espaços da escolarização, os métodos e procedimentos de ensino, os materiais escolares, as posições do corpo infantil durante as práticas escolares de leitura e escrita são alguns dos aspectos que ocuparam a atenção dos médicos-higienistas brasileiros.

Vinão Frago (2000, p.12) coloca que “a medicalización de la infância se daba la mano com su escolarización. Y esta última com la higienización de la escuela”.

A ligação com o higienismo significava trazer a concepção para a sociedade de que a saúde seria uma questão de interesse público e de competência do Estado, o que causaria a conversão da saúde em uma questão política.

A ligação entre saúde, instituições públicas e o nascimento das noções de estado formou concomitantes ao desenvolvimento dos princípios de educação em saúde e higiene pessoal (LAROCCA, 2010, p.74).

Conforme consolidava seu campo no Brasil, a medicina criava discursos para a escola. No dizer de Larocca (2010), o início do século XX trouxe à tona possibilidades e novas formas de funcionamento da sociedade. Tornou-se perceptível a “ingerência da higiene”. A escola formava cidadãos e tinha a higiene como um objeto da medicina que se reconhecia como civilizadora. O discurso médico fazia alusão a organização das escolas e a orientação de seguir preceitos higiênicos no espaço escolar.



Alguns preceitos higiênicos circularam no manual de Ary Lex e nos permitem compreender como a função social da escola e da medicina se associaram para proferir os discursos que atuaram no campo da educação. Essa produção foi intensa e aproximou políticos, intelectuais de várias áreas e médicos.

O campo da medicina aderiu ao neo-hipocratismo que possuía uma visão ambientalista. A ligação com o higienismo significava trazer a concepção para a sociedade de que a saúde seria uma questão de interesse público e de competência do Estado, o que causaria a conversão da saúde em uma questão política.

A medicina atuava em várias áreas como na arquitetura escolar, na higiene das escolas e dos alunos, no tempo de aprender e descansar e na higiene dos profissionais que atuavam nas escolas.

No sétimo capítulo do manual de Ary Lex, o médico-educador se empenha em demonstrar as condições físicas e psíquicas para o exercício do magistério. De início fica claro que os professores, assim como outras profissões, precisam gozar de boas condições físicas e mentais para que possam realizar sua tarefa nas escolas.

Observa-se uma grande preocupação com as doenças que o professor poderia ter e os custos para o Estado. Havia um cuidado particular em selecionar professores que não tivessem nenhum tipo de doença antes de ingressar no exercício do magistério, os que possuíam moléstias eram impedidos de lecionar, havia uma seleção rigorosa e respeito dessas questões.

Nesse contexto, o autor considera que qualquer professor que tivesse alguma moléstia não poderia desempenhar sua função de mestre, uma vez que isso prejudicaria o bom desempenho do ensino e da aprendizagem.

Em relação a atuação do Estado, o autor comenta que:



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

o Estado é obrigado a assegurar licença remunerada ou aposentadoria a todos os funcionários que adoecem no desempenho de suas tarefas, seja qual for o tempo de serviço que tenham. Não é cabível, portanto, que se insinuem no funcionalismo indivíduos já portadores de moléstias, os quais, muito em breve, não mais estarão em condições de trabalhar, sendo obrigado o Estado a lhes conceder aposentadoria. Para evitar que isso aconteça e para impedir que portadores de moléstias contagiosas entrem em contato com outros, nos seus serviços, todos os funcionários, antes de tomar posse dos cargos para os quais são nomeados, precisam submeter-se a um acurado exame médico, passando por vários especialistas. Findos os exames, caso estejam em condições de trabalhar, ser-lhes-ão concedidas as respectivas folhas de saúde (LEX, 1953, p.280).

A argumentação do autor no texto demonstra a intolerância a falta de saúde do professor, sendo o causador do fracasso da eficiência do ensino. Os professores eram vistos como incapazes frente ao discurso rigoroso da medicina, nesses termos, a o manual dizia que:

os professores incapazes, física ou psiquicamente, inutilizam o tempo dos escolares de classes inteiras, durante anos; de garotos que procuram a escola pelo seu anseio de instrução. Tais funcionários improdutivos são verdadeiros pensionistas do Estado e malbaratadores do precioso tempo de centenas de crianças. Se apenas fossem pesados aos cofres do Estado, não seria tão grande o mal. O pior é que roubam o tempo dos alunos. É por isso que não se deve permitir que professor algum entre para o magistério sem terem sido postas à prova suas capacidades físicas e intelectuais. Um indivíduo, vítima de doença crônica, que o faz sofrer e lhe abate as forças, nunca poderá ser um razoável professor. Para tal, são precisas várias qualidades: constância, dedicação ao ensino, afabilidade, calma, otimismo e alto senso de solidariedade. Pessoas irascíveis, revoltadas ou sofredoras não poderão apresentar um estado de espírito compatível com o trabalho de ministrar instrução. Indivíduos nessas condições iniciam a aula já cansados ou aborrecidos e encaram os alunos com antipatia e mesmo com animosidade, em vez de os receberem cotidianamente com um sorriso acolhedor nos lábios e palavras de estímulo (LEX, 1953, p.281).

No final do século XIX e início do século XX, o Brasil começou incorporar os discursos higiênicos. Conforme Chaves (2011), a higiene se vinculava a um conjunto de dispositivos e saberes que passaram a ser divulgados, discutidos e elaborados por educadores, médicos e outros intelectuais. Passou então, a higiene a ser vista dentro de



uma perspectiva pedagógica como um conjunto de princípios que buscam formar o cidadão e garantir sua saúde.

Mas o professor também passou por esse processo, uma vez que antes de ingressar nas escolas normais e para suas nomeações, precisava passar por exames de saúde prévios. Nenhum professor lecionava se não fosse devidamente vacinado, tivesse enfermidades ou defeitos de constituição que os tornassem inaptos as funções do ensino.

Algumas enfermidades impossibilitavam os professores de lecionar, particularmente aquelas que lesavam órgãos úteis para o ensino, como os olhos, o ouvido ou os órgãos fonadores. Era inadmissível a contratação de professores surdos. Problemas no nariz, laringe e boca eram considerados perturbadores da fonação. Era dada uma atenção especial aos professores que tinham problemas de laringe, devido a sobrecarga que acometia os mestres.

A tuberculose era a moléstia contagiosa que excluía o professor da sala de aula, voltando a trabalhar apenas quando já não havia mais nenhum risco de contaminação. Ainda eram excludentes as afecções cardíacas graves, asma, bronquite crônica, moléstias do sistema nervoso, epilepsia, as neurastenias e a depressão.

A tuberculose foi um problema escolar, conforme cita Reis (1950, p.113):

um ligeiro resfriado, uma tosse, uma febre, náuseas, palidez, rouquidão, ou alguma erupção da pele, podem ser os primeiros sintomas de uma enfermidade transmissível. Não é função do Educador diagnosticar. Porém deve formar parte da preparação intelectual de todo Educador e familiarizar-se com os sintomas e compreender sua relação com as condições mais graves. Uma inspeção diária inteligente de todos os alunos e o isolamento dos que apresentam sintomas significativos pode evitar a propagação de uma epidemia grave. A saúde de cada escolar, de cada um dos membros da comunidade escolar e, frequentemente, das crianças em idade pré-escolar, depende, em grande parte, da visão e mente alerta do educador.

A epilepsia remetia-se a pessoas sujeitas a impulsos, em virtude dos quais poderiam cometer violências ou atos imorais. Isso acarretaria perigo para as crianças.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Para o caso de suspeita de depressão, os professores deveriam apresentar uma ficha de saúde, que tivesse todos os antecedentes patológicos de sua vida escolar.

Os professores que apresentassem qualquer sintoma eram impedidos de exercer a docência nas Escolas Normais. As condições físicas e mentais dos professores criaram uma discussão que foi abordada no 1º Congresso Nacional de Saúde Escolar. Nesse Congresso, chegou-se as seguintes conclusões, a saber:

é questão pacífica a necessidade de proteção ao professor incapacitado para o exercício do magistério, não só para a sua própria defesa, como para a defesa dos alunos contra os malefícios resultantes da ação de um professor incapacitado ou ineficiente. Medidas propostas para se atender `a proteção do professor e dos alunos de acordo com o item anterior. A) seleção prévia de candidatos à matrícula no curso de professores das escolas normais; B) exame médico periódico dos alunos durante o curso nas escolas normais; C) adoção da caderneta de saúde durante o referido curso, na qual se anotarão, pelo menos uma vez ao ano, os dados clínicos obtidos no exame; D) exame médico por ocasião do ingresso no magistério; E) exame médico durante todo o exercício do magistério, periodicamente feito; F) adoção da caderneta de saúde para o professor, na qual se anotarão, pelo menos uma vez por ano, os dados clínicos colhidos em exame; G) realização dos exames médicos por equipes de especialistas (LEX, 1953, p.283).

O manual de Ary Lex, além de ressaltar as condições físicas e psíquicas do exercício da profissão docente, aborda a questão da necessidade de exercícios físicos, que veremos a seguir.

Os discursos pedagógicos do fim do século XVIII dispensavam atenção especial para a criança e a família, que até então, não tinham muita importância. Alguns pensadores europeus, como Rousseau, recomendavam o exercício do corpo para instruir as crianças a respeito do conhecimento do corpo. Chaves (2011) aponta que uma perspectiva pedagógica se consolidou no Brasil, no século XIX, na qual a criança se desenvolvia através da ligação do corpo e da mente. A higiene passou então a ser vista, no final do século XIX e início do século XX, como uma perspectiva pedagógica, que



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

agia como um conjunto de princípios que buscavam formar o cidadão e garantir sua saúde.

A escola formava cidadãos e tinha a higiene como um objeto da medicina que se reconhecia civilizadora. Segundo Larocca (2010), esse discurso fazia parte da função social da escola, esse movimento fez com que a educação fosse repensada, bem como a formação dos professores no país.

Para a escola, a presença do médico trazia o auxílio para resolver questões como a formação adequada do professor, agregando valores higiênicos e morais aos alunos e as famílias. Para disseminar os preceitos higiênicos para a população através das prescrições médicas, era necessário criar hábitos, inclusive nos professores.

Segundo Bourdieu (2003, p. 84) “habitus é uma disposição regrada para gerar condutas regradas e regulares, à margem de qualquer referência e regras e, nas sociedades, o habitus é o princípio da maior parte das práticas”.

Nesse contexto, a nova criação de hábitos nos professores perpassava pela importância dos cuidados com o corpo, através dos exercícios físicos.

Adotava-se a contrariedade a vida sedentária dos professores, uma vez que eles seriam alvo de perturbações de saúde, inclusive se associavam o reumatismo, as doenças circulatórias e várias outras perturbações do metabolismo.

A preocupação maior era com as condições das salas de aula, local em que os professores permaneciam cerca de 4 horas por dia. A falta de luz e ventilação, o excesso de calor e a poeira eram questões que se relacionavam com as condições de higiene defeituosas. As más condições de iluminação geravam fadiga a visão do professor, causando assim uma estafa física e mental.

As classes numerosas traziam malefícios também para a saúde, uma vez que a sala de aula se tornava confinada, o ruído aumentava e era mais difícil a manutenção da



disciplina. A questão do ruído prejudicava a audição do professor, pois seria obrigado a gritar, aumentar seu esforço da atenção, visão, audição e fonação.

Os problemas físicos e mentais dos professores ainda se associavam as condições das suas moradias. Geralmente, as casas dos professores das escolas primárias e secundárias eram defeituosas, não possuíam a higiene necessária. Eles viviam em quartos de pensão, pequenos, mal arejados e mal iluminados. No meio rural a situação se intensificava, os quartos eram úmidos, sem assoalho, o teto possuía goteiras, as janelas eram pequenas e mal situadas. Era nesse ambiente insalubre, que os professores corrigiam e preparavam suas lições (LEX,1953).

Era prescrito que o professor realizasse, no período do recreio, as atividades físicas junto com seus alunos, entendendo que dessa forma ativariam seu metabolismo e as várias funções corporais, dessa forma:

a higiene pessoal dos professores deverá ser muito rigorosa. Esforçar-se-ão estes por escolher um alojamento onde penetrem largamente o sol e a luz. Respeitarão, no seu trabalho, as condições de boa iluminação do livro ou do caderno. A alimentação será racionalmente orientada. Além disso, o mestre evitará as vigílias, procurando dormir de 8 a 8 horas e meia por noite. Durante as férias, abandonará toda atividade escolar e procurará orientar seu trabalho intelectual para outro campo (LEX, 1953, p.285).

A prescrição para as atividades físicas dos professores é indicada por Lex que afirma:

os exercícios físicos devem ser praticados pelo professor, mesmo depois de deixar os bancos da escola normal, não só para que continue a manter sua boa forma física, como porque os exercícios, sob qualquer aspecto, ou de exercícios ginásticos propriamente, ou de jogos ginásticos, contribuem para a alegria de viver, podendo assim os mestres encarar a vida com otimismo sadio, enfrentando todas as dificuldades que se lhes antolhem no desempenho de suas funções. Um mestre que apresente um belo físico conquistará a admiração e a confiança dos alunos e assim poderá, não só ministrar as aulas de exercícios físicos de forma mais interessante, como, pela admiração dos alunos, contará com satisfatória disciplina, podendo, em vista disso, tirar melhor proveito nas aulas das matérias do curso. Mesmo no meio rural em



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

que passe a residir, com bons predicados físicos, o professor terá notoriedade e simpatia dos pais dos alunos. Quando o professor tenha de agir pelo lado d educação sanitária, é claro que merecerá melhor atenção se, quando aconselhar medidas a bem saúde dos alunos e de suas famílias, também for um exemplo vivo disso, com o seu aspecto sadio. Não será indispensável que o professor tenha um corpo apolíneo, sendo suficiente que possa exibir saúde e bons músculos educados pelos exercícios físicos. Quando conselhos higiênicos sejam ministrados por um professor raquítico e clorótico, parece que pairará na mente dos alunos esta pergunta: “Será que nosso professor seguiu o conselho que nos dá? (LEX, 1953, p. 285).

No manual, surge ainda uma outra questão relevante, a preocupação com o principal órgão do corpo humano utilizado pelo professor. A laringe e a higiene da voz são discutidas de uma forma preventiva. Como a laringe é exposta o tempo todo nas aulas, ela fica frequentemente susceptível a desenvolver problemas e perturbações da fonação. Esse órgão exige, além de sua integridade, o bom funcionamento da caixa torácica e dos pulmões.

A prescrição para esse caso é expressada em forma de exercícios respiratórios para a higiene da voz, segundo Lex (1953), esses exercícios eram importantes e deveriam ser feitos através de ginástica, as professoras resistiam melhor que os homens a fadiga vocal, devido ao menor comprimento das cordas vocais.

O último cuidado abordado no manual de Ary Lex sobre a higiene do professor se trata da higiene mental do professor e os perigos do álcool, considerado fator de idoneidade moral dos professores.

Conclusão

Essa incursão pelo manual do médico-educador Ary Lex nos permitiu compreender como o discurso médico se apropriou das medidas profiláticas para disseminar suas práticas através da educação na formação de professores.



O registro publicado no manual didático produzido na década de 1950 mostra claramente que os discursos não são neutros e são produzidos de acordo com as necessidades.

Para acompanhar o processo de civilidade, foi necessário criar hábitos não só na sociedade e nos alunos, mas também nos professores. A higiene foi um serviço prestado a coletividade tendo uma vasta importância, inclusive econômica, fazendo poupar vidas humanas que representam capital da nação e procurando melhorar a capacidade de trabalho do pessoal das escolas.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CARVALHO, Marta Maria. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: Freitas, M. C. (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHAVES, Niltonci Batista. **Entre “preceitos e conselhos”: Discursos e Práticas de médicos-educadores em Ponta Grossa/PR (1931-1953)**. Curitiba, Tese (Doutorado em Educação) UFPR, 2011.
- FONTENELLE, José Paranhos. **Compendio de Higiene**. Rio de Janeiro: Canton e Beyer, 1930.
- LAROCCA, Liliana Muller. **Higienizar, Cuidar e Civilizar: O Discurso médico para a Escola Paranaense (1886 -1947)**. Curitiba, Tese (Doutorado em Educação) UFPR, 2009.
- LEX, Ary. **Biologia Educacional**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.
- OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- REIS, João de Deus Bueno. **A medicina a serviço da educação**. São Paulo: Vademecum Editora, 1950.
- VIÑAO FRAGO, Antonio. **Higiene, salud y educación em su perspectiva histórica**. Areas Revista de Ciencias Sociales, 2000, p. 9-25.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO